

CADERNOS EBAPE.BR

Cadernos EBAPE.BR

E-ISSN: 1679-3951

cadernosebape@fgv.br

Escola Brasileira de Administração Pública e
de Empresas
Brasil

da Silva Ferraz, Deise Luiza; Rolita Cavedon, Neusa
A exclusão e a inclusão social: depoimentos das praticantes da economia popular solidária
Cadernos EBAPE.BR, vol. 6, núm. 4, diciembre-, 2008, pp. 1-18
Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323227819007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A exclusão e a inclusão social: depoimentos das praticantes da economia popular solidária

Social exclusion and inclusion: Testimonials of praticants of the Solidary Popular Economy

Deise Luiza da Silva Ferraz¹

Neusa Rolita Cavedon²

Resumo

O objetivo deste trabalho é identificar os significados atribuídos pela mulher à exclusão e à inclusão social. Foram ouvidas onze mulheres que viveram essas duas situações. A inclusão delas na teia social, ainda que sob a égide da dominação masculina, se deu via Economia Popular Solidária, EPS; mais especificamente, por meio do Projeto Etiqueta Popular. Escolheu-se o método etnográfico para a coleta de dados. E, quanto às técnicas, optou-se pela observação participante e por entrevistas semi-estruturadas. A análise desses dados permitiu identificar a existência de três formas de exclusão, quais sejam: a não contratação, a demissão voluntária e a demissão involuntária. A inclusão social dessas mulheres se deu por meio da carteira de artesão, que, para elas, significa a obtenção de uma profissão a ser executada na EPS. Por fim, podemos considerar que tanto as categorias de exclusão quanto as de inclusão estão relacionadas ao desempenho de papéis sociais. A perda de referência desses papéis propicia a exclusão, como é o caso da perda de referência do papel de trabalhadora. Todavia, a inclusão social se dá mediante a formação de novos papéis de referência. E, no Projeto Etiqueta Popular, ocorre mediante a criação de um grupo de profissionais que se propõem a trabalhar de forma solidária.

Palavras-chave: exclusão social; inclusão social; economia popular solidária

Abstract

The purpose of this paper is to identify the meanings given by women to social exclusion and social inclusion. Eleven women who have been in both situations were listened. Their inclusion in the social web, even under male domination, occurred via Solidary Popular Economy (SPE), more specifically, through Etiqueta Popular Project. The authors adopted the ethnographic method for data collection as well as the participant-observation and half-structured interviews techniques. The data analysis allowed identifying the existence of three forms of exclusion: non-recruitment, resignation and dismissal. The inclusion of these women happened when they obtained their artisan license, which means for them the obtention of a profession to be executed at SPE. Finally, we can consider that both categories – exclusion and inclusion – are related to the performance of social roles. The loss of reference of these roles causes the exclusion, for example, the loss of the role of a worker. However, the inclusion happens with the formation of new reference roles. In the case of the Project Etiqueta Popular it occurs through the formation of a group of professionals which work in a solidary way.

Keywords: social exclusion; social inclusion; solidary popular economy.

¹ Mestre em Administração. Aluna de doutorado em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Administração/Escola de Administração (PPGA/EA/UFRGS). Endereço: Rua Luiz Afonso - Cidade Baixa - Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil - CEP: 90050320 - E-mail: deiseluiza@yahoo.com.br

² Doutora em Administração pelo PPGA/EA/UFRGS. Professora Adjunta da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Endereço: Av. Washington Luiz, 855, sala 431 - Centro - Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil - CEP: 90010-460. E-mail: nrcavedon@ea.ufrgs.br

Submetido em abril de 2007 e aceito em fevereiro de 2008

Introdução

Lipovetsky (1994) considera que a mulher cedeu seu espaço de trabalho ao homem em meados do século XVIII. Até então, a mulher e o homem estavam ligados simultaneamente ao mundo laboral; contudo, a partir daquele século, a sociedade passou a valorizar os afazeres domésticos e, com isso, os cuidados para com marido e filhos. Tal tarefa tornou-se intrínseca à mulher, o que a levou a demarcar a casa como seu *locus* e a tomar-se a ‘rainha do lar’.

No entanto, as mudanças que ocorreram no sistema econômico vigente levaram as mulheres a se questionar acerca de seu papel na sociedade. A industrialização crescente do início do século XX e a disseminação da sociedade de consumo impulsionaram a mulher a granjear espaços no *locus* masculino. Assim nasce, entre outras categorias, a operária de fábrica (LIPOVETSKY, 1994). A partir desse momento, muitos foram os desafios à sua inserção em um mercado de trabalho que privilegiava a figura masculina. Se, *a priori*, a mulher precisava, para se inserir no mercado de trabalho, de vencer o estereótipo de que o ‘lugar de mulher é na cozinha’, agora ela precisa, ainda, de enfrentar a realidade de um mercado que exclui tanto a elas quanto a eles. Nesse sentido, Ferraz e Cavedon (2004) alertam para o fato de que as mudanças no mercado de trabalho têm imposto entraves ao ingresso de ambos os gêneros, em virtude das novas evoluções tecnológicas e dos novos arranjos organizacionais.

Se o ingresso no mercado de trabalho tem sido difícil para ambos os sexos, a exclusão dele tem afetado a mulher de forma mais intensa. Constatou-se, segundo estudo realizado na região metropolitana de Porto Alegre (RMPA), que houve um aumento na taxa de desemprego e que esta afeta de maneira desigual as populações presentes no mercado laboral: as “consequências mais danosas [atingiram] a força de trabalho feminina” (MARQUES *et al.*, 2004, p. 11). Esse estudo indica também que, nos últimos dez anos, “o desemprego feminino praticamente duplicou (92,8%), enquanto o contingente desempregado masculino cresceu bem menos (52,2%)” (MARQUES *et al.*, 2004, p. 15).

Ser parte desse contingente de desempregados não significa apenas não ter a garantia de um rendimento financeiro estável ou não estar vinculado à seguridade social, mas, também, ter os laços de socialização rompidos, uma vez que o trabalho é considerado socialmente como um “suporte privilegiado de inscrição na estrutura social” (CASTEL, 1998, p. 24). Conseqüentemente, perdê-lo pode significar a exclusão do individual da malha social.

Todavia, vale ressaltar que o trabalho considerado sinônimo de ‘emprego estável’, ‘carteira assinada’ etc. está cada vez mais escasso, conforme menciona Dupás (2000). Segundo este autor, há uma queda de emprego direto por dólar investido pelas transnacionais, sem que, contudo, haja diminuição do emprego indireto, no qual predominam baixos salários e precárias relações de trabalho. Além disso, Nabuco e Mendonça (2002) atentam para a baixa capacidade de geração de empregos das novas plantas produtivas do setor automobilístico, que, guardadas as devidas proporções, retrata o grau de dificuldade de gerar novos postos de trabalho.

Em face desse cenário de recessão de empregos, a massa de excluídos do mercado de trabalho tem aumentado, daí a necessidade de encontrar formas alternativas de inclusão social. Uma delas é a Economia Popular Solidária (EPS). Por esse motivo, Porto Alegre tem um programa de EPS organizado pela Prefeitura Municipal da cidade, que tem como objetivo gerar trabalho e renda para uma parcela da população da capital gaúcha e das cidades vizinhas –, trata-se do Projeto Geração e Renda.

Conforme apontou Márquez *et al.* (2004), a massa de desempregados da Região Metropolitana de Porto Alegre apresenta uma maioria feminina. Essa face feminina da exclusão tem também caracterizado o programa de EPS da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), pois, por meio dele, muitas mulheres têm buscado apoio para a inserção na malha social. Por essa razão, consideramos ser pertinente desvendar os significados da exclusão feminina do mercado de trabalho e, *a posteriori*, a reinserção via Economia Popular Solidária. Assim, pretendemos revelar como o sexo feminino tem sentido as mudanças do cenário do trabalho, ultrapassado seus diversos obstáculos e continuado a luta pelo seu espaço na sociedade.

Para melhor compreensão deste trabalho, pensamos ser relevante elucidar, primeiro, as discussões acerca da exclusão social e, posteriormente, discurrir a respeito da EPS. Após a construção dessa base teórica, apresentaremos o método etnográfico, que permitiu a coleta de dados. A análise desses dados será feita no capítulo subsequente – por meio dela traçaremos as considerações finais relativas ao olhar da mulher sobre a exclusão e a inclusão social.

A exclusão social

Discurrir sobre exclusão social requer uma abordagem teórica que nos remeta não tão somente à esfera econômica, mas permita a compreensão da divisão sexual do trabalho e da divisão de trabalho sexual. É em Bourdieu (2005) que vamos encontrar reflexões teóricas sobre a dominação masculina que, como uma construção social, se faz sentir em todos os campos, influenciando a exclusão da mulher de determinados universos considerados exclusivamente masculinos e sob tal égide precisam ser preservados. Essa dominação se reflete na ocupação de cargos, alguns considerados tipicamente masculinos, e também na divisão público/privado, segundo a qual a mulher deve-se ater ao universo doméstico ou, na melhor das hipóteses, adaptar-se à dupla jornada, acumulando atividades fora e dentro do lar. No entanto, ao homem recai a incumbência de ir à rua em busca do sustento familiar. Mesmo hoje, ainda, podemos verificar essa diáde como sendo a mais comum nas diferentes sociedades, ou seja, a mulher não conseguiu abrir mão das atividades domésticas ou dividi-las de igual para igual com os homens. No entender de Bourdieu (2005, p. 78):

A definição de um cargo, sobretudo de autoridade, inclui todo tipo de capacitações e aptidões sexualmente conotadas: se tantas posições dificilmente são ocupadas por mulheres é porque elas são talhadas sob medida para homens cuja virilidade mesma se construiu como oposta às mulheres tais como elas são hoje. Para chegar realmente a conseguir uma posição, uma mulher teria que possuir não só o que é explicitamente exigido pela descrição do cargo, como também todo um conjunto de atributos que os ocupantes masculinos atribuem usualmente ao cargo, uma estatura física, uma voz ou aptidões como a agressividade, a segurança, a “distância em relação ao papel”, a autoridade dita natural etc., para as quais os homens foram preparados e treinados tacitamente enquanto homens.

Bourdieu (2005) chama atenção para o coeficiente simbólico negativo que coloca a mulher em uma posição de inferioridade a despeito do capital cultural que ela venha a ter. E isso é alimentado pela família, pela escola, pelo Estado e pela religião. Assim, a exclusão construída socialmente tem seus reflexos sobre o âmbito econômico – o que, em uma sociedade capitalista, toma-se aspecto preponderante.

Dupás (1999) defende o pressuposto de que o modelo de desenvolvimento atual é excludente, pois, o contexto no qual o fenômeno de exclusão social surge é marcado pelo complexo processo de globalização e pela discussão das funções do Estado. Dupás (1999) salienta, ainda, que o conceito de exclusão deve ser relativizado, uma vez que, para apreender o que é a exclusão social, é necessário fazer o mesmo quanto ao que a sociedade em questão entende por integração social e, conseqüentemente, por inclusão. Desse modo, para o autor, a exclusão social pode ser entendida não apenas como a impossibilidade de garantir a sobrevivência física, mas também como “um sentimento subjetivo de ressentimento por não desfrutar de bens, capacidade ou oportunidades que outros indivíduos desfrutam” (DUPÁS, 1999, p. 22). Portanto, o autor recomenda que, ao se discutir a exclusão social, é necessário especificar o que é a exclusão, identificar quais são os excluídos e apontar quais foram as principais causas que influenciaram o estabelecimento de tal contexto.

Talvez a recomendação feita por Dupás acerca da relativização da definição do conceito da exclusão seja necessária devido ao fato de que este termo ainda é equívoco, conforme aponta Demo (1998). Este autor, ao referenciar Paugam (1996), menciona que o termo ‘exclusão’ abarca preocupações como:

- a) precariedade do emprego, ausência de qualificação suficiente, desocupação, incerteza do futuro (p. 8);
- b) uma situação tido por nova, combinando privação material, moral e dessocialização (p. 8);
- c) desilusão do progresso (p. 8 ss). (DEMO, 1998, s/p)

Em face de tantas variáveis para o entendimento da exclusão social, Paugam (1996 *apud* DEMO, 1998) procura distinguir primeiro o que seria uma condição de precariedade e uma condição de exclusão, sendo aquela um estágio anterior a esta.

Dupás (1999) procura não hierarquizar as condições de precariedade e de exclusão. Em vez disso o autor opta por analisar o que ele chama de “exclusão efetiva”, ou seja, aquela que enfatiza a renda, a inserção ocupacional, a etnia e o gênero, as condições de moradia e a condição de cidadania. Desse modo, a abordagem do autor está baseada nos aspectos econômicos, mais especificamente na pobreza, que, para o autor, é a principal dimensão da exclusão. Nesse sentido, Demo (1998) reconhece que, apesar de hodiernamente a exclusão estar relacionada, *a priori*, à perda do senso de pertença, ainda é a pobreza material que escancara a arriscada situação dos excluídos.

Dupás (1999) apóia-se nas teorizações de alguns autores, tais como Desai e Giddens, para explicar o que é pobreza. Conclui que esta é “vista como dificuldade de acesso real aos bens e serviços mínimos adequados a uma sobrevivência digna” (DUPÁS, 1999, p. 34). Esse acesso pode se dar de duas maneiras: através da renda obtida com o trabalho do indivíduo ou através dos programas públicos. Vale ressaltar que o autor parte do pressuposto da existência de programas de bem-estar social, o que não se aplica ao Brasil, que apenas ensaiou algumas medidas que vão ao encontro de tais programas sem realmente alcançar o *status* de um estado do bem-estar social. Desse modo, no Brasil, “o emprego continua preponderando para definir a condição social do indivíduo” (PAUGAM, 1996 *apud* DEMO, 1998, s/p).

Contudo, Demo (1998, s/p) alerta que:

A exclusão não se esgota no afastamento do mercado de trabalho, mas ganha significação, tanto mais drástica no processo de destruição de valores integrativos tradicionais, atingindo os patamares de precariedade marcada pela não-pertença e impotência.

O que se revela, então, é que a grande parte da população pode encerrar-se nesse sentimento de não-pertença, uma vez que “a maioria da sociedade terá que sobreviver sem inserção laboral rentável” (DEMO, 1998, s/p).

Em face de um cenário de redução do número de postos de trabalho e, por via de consequência, de exclusão, Dupás (1999) menciona a necessidade de um novo Estado, cujo papel deveria ser de indutor-normativo-regulador; e, simultaneamente, apto a “enfrentar sua enorme e indelegável missão de viabilizador de serviços públicos essenciais à população de baixa renda nas áreas de saúde, educação, habitação e amparo à exclusão social” (DUPÁS, 1999, p. 89). Sendo assim, o que está em discussão não é a redução do papel do Estado, mas o seu fortalecimento em alguns campos específicos.

Entretanto, Pochmann *et al.* (2005) demonstram que o Estado brasileiro não tem conseguido se fazer presente nesses campos específicos. À guisa de exemplo, os autores apresentam índices que retratam a situação da inclusão educacional, da relativa à saúde, da habitacional, entre outros. Para fins deste estudo, apresentamos apenas dados relativos ao estado do Rio Grande do Sul. O índice-síntese da inclusão educacional do Rio Grande do Sul, que considera o número de alunos matriculados no ensino médio e superior, é baixo, porém, perde apenas para o Distrito Federal e para São Paulo. O índice-síntese da saúde considera a oferta de leitos e a quantidade de médicos e enfermeiros para cada 1000 habitantes – nesse caso, o estado do Rio Grande do Sul ocupa o terceiro lugar no *ranking* nacional. No que tange à habitação, esse estado é o quinto melhor para se viver, levando-se em conta questões como acesso à energia elétrica, ao esgoto sanitário, à coleta de lixo, ao abastecimento de água e à densidade habitacional por domicílio.

Desse modo, os índices apresentados por Pochmann *et al.* (2005), em seu estudo, apenas comprovam que as tentativas de inclusão social no Brasil foram, até o ano de 2004, um fracasso.

Esses índices, acrescidos dos já mencionados acerca da situação de desemprego feminino na Região Metropolitana de Porto Alegre, apontam para um cenário de exclusão que pode ser ainda incipiente, considerando os demais estados da federação, no entanto, já produz suas vítimas.

No caso deste trabalho, as vítimas conseguiram uma alternativa de reinserção social via projeto Geração de Trabalho e Renda. Passaremos, então, à especificação de Economia Popular Solidária.

Economia popular solidária: uma forma de inclusão

A Economia Popular Solidária pode ser entendida como alternativas de atividades econômicas desenvolvidas pela sociedade civil e que tem em seu cerne a solidariedade. Tais atividades não estariam objetivando apenas os fins econômicos, mas, sobretudo, o desenvolvimento social, político e cultural dos envolvidos com tais práticas (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Neste sentido, Gaiger (2003, p. 135) menciona que essas atividades originam-se da livre associação dos indivíduos excluídos do mercado de trabalho, tendo como princípios fundamentais “autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade”.

A autogestão nesses empreendimentos ocorre devido à premissa da “igualdade de direito de todos os membros” (SINGER, 2003, p. 116). Assim, é nas associações com autogestão que os indivíduos excluídos do mercado de trabalho e que até então tinham apenas como possível a relação patrão e empregado, podem, pela primeira vez, experimentar “o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino coletivo” (SINGER, 2000, p. 27).

Quanto à viabilidade dessas atividades, é preciso atentar para o fato de que não é apenas a viabilidade econômica que está em análise, mas também questões como o desenvolvimento desses indivíduos – até então excluídos – em cidadãos capazes de reconhecer seus direitos e deveres.

É preciso também considerar que a eficiência dos empreendimentos solidários não pode ser analisada separadamente da eficácia dessas iniciativas, pois, conforme destacam Cavedon e Ferraz (2004, p. 3):

[...] as iniciativas de Economia Popular Solidária podem ser consideradas eficientes quando estiverem gerando trabalho e renda, possibilitando assim a inserção de indivíduos na teia social, mas só poderão ser consideradas iniciativas eficazes quando além dessa inserção garantirem também o alcance de objetivos sociais da comunidade na qual estão inseridas. O resultado da eficácia das iniciativas de Economia Popular, portanto, não é mensurada, somente, pelo seu resultado financeiro, mas sim pelo desenvolvimento da comunidade local.

Quanto à cooperação, ela ocorre tanto por parte dos praticantes da EPS, quanto das iniciativas e dos órgãos de apoio. Nesse sentido, é válido destacar que muitos dos empreendimentos econômicos solidários são incentivados por organizações não governamentais, por entidades ligadas aos sindicatos e pelo próprio Estado.

Singer (2000) enfatiza a importância da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria, coordenada por Albert de Souza, o Betinho, que, além de mobilizar, em 1992, milhões de brasileiros que se envolveram direta ou indiretamente na Campanha “Natal sem Fome”, apoiou iniciativas como a criação da FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz) em 1993, a criação da ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e de Participação Acionária) em 1994 e a criação da ITCP/UFRJ (Incubadora de Tecnologia em Cooperativa Popular da Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1995. Carrion (2002) destaca a entrada das universidades públicas brasileiras na Economia Popular Solidária, por meio da criação da UNITRABALHO, em 1997, que se trata de uma rede de colaboração entre as universidades brasileiras e os sindicatos de trabalhadores ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Dentro dessa rede de colaboração formou-se o Grupo de Trabalho de Economia Solidária e Autogestionária, composta “por pesquisadores interessados em colocar o saber acadêmico a serviço da inclusão social” (CARRION, 2002, p. 3). Para a referida autora, no Brasil, a EPS como manifestação da sociedade civil está apoiada principalmente em uma rede que tem entre seus principais pilares: a CUT, a ANTEAG, o Sistema de Ensino Público Superior e o Poder Público de governos e prefeituras cuja gestão é do Partido dos Trabalhadores.

Paralelamente a todo esse movimento de criação de entidades de apoio, a EPS encontra-se, também, em franco crescimento. Singer (2000, p. 27) reconhece:

A necessidade de consolidar os empreendimentos solidários de modo que possam se sustentar reciprocamente já é reconhecida e deu lugar à formação de Foros de economia solidária ou de cooperativas populares no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Segundo uma das coordenadoras do Fórum de Economia Solidária de Porto Alegre, somente o estado do Rio Grande do Sul já possui 11 fóruns regionais de EPS. Nacionalmente, 15 estados da federação já possuem seus fóruns de EPS. Esse crescimento exponencial da formação de fóruns por todo o país comprova a forte mobilização popular para a criação de trabalho e renda. E, de acordo com Souza (2000, p. 7), os empreendimentos de Economia Solidária estão “[...] em evidente expansão e é extremamente promissor, sobretudo no que se refere a *mudanças de qualidade das condições e relações de trabalho*” (grifo do autor).

É nesse cenário de expansão da Economia Popular Solidária que a mulher ganha destaque, pois, segundo Icaza e Tiriba (2003, p. 101):

Nesta economia, as mulheres, como “líderes da cotidianidade” (CARIOLA, 1992), se destacam pela sua capacidade de criar e ativar redes de solidariedade que favoreçam a reprodução da unidade doméstica e a proteção do local onde vive a família.

No Projeto de Economia Popular Solidária, organizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a mulher também encontra seu espaço para a construção das redes de solidariedade e, por via de consequência, para o reingresso na teia social. Mais especificamente, podemos encontrá-las trabalhando em um dos braços daquele projeto, qual seja: o Etiqueta Popular.

Algumas dessas mulheres, excluídas do mercado de trabalho, buscaram inserção social via Etiqueta Popular –, o que permitiu, através da pesquisa, identificar os significados da exclusão e da inclusão. Portanto, pensamos ser relevante apresentá-las e elucidar o modo como elas se transformaram em informantes.

Método: teorizações e prática

O método que permitiu a coleta de dados foi o etnográfico –, proveniente da Antropologia, tem em Malinowski (1978) seu precursor.

Tal método permite conhecer o ‘outro’ por meio de dois olhares: o olhar do pesquisador (do ético) e o olhar do próprio ‘outro’ (do êmico). A visão do pesquisador consiste no seu acultramento, com posterior afastamento do campo para a elaboração do relato etnográfico. Já a análise do olhar do outro só é possível devido ao desnudamento a que os informantes se permitem perante o etnógrafo, proporcionando, desta forma, que este possa se aculturar na realidade daquele. Entretanto, no relato etnográfico é preciso que ocorra a distinção destes olhares, pois,

[...] um trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom senso e intuição psicológica. (MALINOWSKI, 1978, p. 18)

Ressaltamos que, para ocorrer tanto o acultramento do pesquisador quanto a empatia dele com o informante, é necessário que exista uma relação de respeito ao tempo do informante. Isso depende muito mais da postura do pesquisador do que do entrevistado, pois cabe ao primeiro ter “a sensibilidade em reconhecer o momento de perguntar ou quando [...] calar. [...] A sensibilidade é um atributo essencial ao etnógrafo, capaz de contribuir significativamente para a riqueza ou pobreza dos dados coletados” (CAVEDON, 2000, p. 53).

Saber reconhecer esses momentos exige que o pesquisador permaneça de modo intensivo no campo, e isso é viabilizado pelo uso da técnica da observação participante. Esta técnica também possibilita o acultramento do etnógrafo, uma vez que é por meio dela que ocorre a imersão do pesquisador no cotidiano do pesquisado.

Paralelamente à técnica de observação participante, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, que permitem que os entrevistados tomem para si a explanação dos dados dentro dos limites preestabelecidos pelo roteiro do pesquisador (THIOLLENT, 1980).

A coleta de dados começou a ser realizada no início do mês de outubro de 2003 e estendeu-se até fevereiro de 2004. Nesse período, foi acompanhado o dia-a-dia das artesãs, com a permanência na loja desde o horário de abertura até o encerramento das atividades diárias. Por vezes, uma das pesquisadoras auxiliou no atendimento aos clientes e no fechamento do caixa do dia. Participou, ainda, de reuniões entre os grupos de Economia Popular Solidária e a Secretária da Indústria e do Comércio de Porto Alegre (SMIC), sempre acompanhando as informantes – o que configura um contato bastante próximo e revelador.

O fato de ter vivenciado com essas mulheres seu cotidiano, desempenhando as atividades consideradas por elas rotineiras, permitiu que a pesquisadora passasse a ser vista como um de seus pares, tanto que nas reuniões com a SMIC, as artesãs apresentavam-na como a Estagiária da Loja EP II. Desse modo, a observação participante permitiu, de tal forma, que a pesquisadora estabelecesse uma relação bastante afetiva com as entrevistadas, que estas passaram a lhe confidenciar angústias pessoais e profissionais.

Além da observação participante, foram realizadas onze entrevistas com as artesãs que comercializam seus produtos na Loja Etiqueta Popular II. Grande parte dos dados analisados neste trabalho é resultado das entrevistas, cujo objetivo, entretanto, foi sistematizar as informações fornecidas pelos sujeitos da pesquisa e, com isso, formalizar quais seriam as informações ‘oficiais’ em relação às ‘confidenciais’. Todavia, é relevante considerar que a análise final não ficou isenta da influência destas últimas, tendo em vista que é impossível ignorar os fatos narrados e presenciados.

Antes de qualquer coisa, cumpre apresentar as artesãs deste estudo. Nesse sentido, em “As informantes e o local de trabalho”, revelam-se ao leitor as mulheres excluídas do mercado formal de trabalho e que buscaram alternativas de inclusão na Economia Popular Solidária. Em seguida, em “Os projetos da Prefeitura Municipal como o mundo laboral”, fica esclarecido em que projeto de inserção social essas mulheres se envolveram.

As informantes e o local de trabalho

Foram foco da pesquisa as informantes sediadas em um pequeno espaço – cedido pela Prefeitura Municipal via Projeto Etiqueta Popular II –, a loja da Etiqueta Popular II, localizada no Viaduto Otávio Rocha, em Porto Alegre. Essa loja, no período da coleta de dados, era constituída por oito grupos autogestionários, que possuíam cada um, em média, cinco integrantes. As informantes foram as artesãs que participam dos grupos Artes Baby, Arco-Íris, Berço da Arte, Bem-Me-Quer, Santo de Casa e Variarte. As artesãs dos demais grupos não foram ouvidas, porque um deles apenas expõe os produtos no local, não tendo participação efetiva na venda dos mesmos, e o outro estava começando a expor seus produtos na loja. Tais fatos inviabilizaram uma aproximação com as integrantes desses dois grupos.

O pequeno espaço da loja impossibilita que todas as artesãs estejam diariamente no local. Em virtude disso, criaram um rodízio para o atendimento aos clientes, de modo que há sempre no estabelecimento comercial duas artesãs vendendo os produtos de todas. Os materiais vendidos nesse espaço são artesanais e variam desde meias para bebês até calças masculinas e femininas, passando por panos de prato e bijuterias.

Os produtos da loja variam tanto quanto a idade das informantes – as artesãs têm de 17 a 68 anos. O mesmo ocorre em relação à escolaridade: há as que não têm nem ensino fundamental e as que possuem ensino superior incompleto. No Quadro 1, apresentam-se alguns dados que permitem traçar um perfil mínimo dessas informantes.

Quadro 1 – Perfil das informants

Informante	Grupo em que atua	Idade	Escolaridade	Estado civil	Experiência profissional anterior
01	Artes Baby	39	Ensino médio	Casada	Gerente de RH
02	Arco-Íris	41	Ensino médio	Solteira	Secretária
03	Berço da arte	47	Ensino médio	Casada	Comerciária
04	Bem-me-quer	68	Ensino fundamental	Casada	Costureira
05	Bem-me-quer	66	Ensino médio	Casada	Revendedora
06	Santo de Casa	53	Ensino fundamental	Casada	Não
07	Bem-me-quer	46	Ensino fundamental	Separada	Costureira
08	Variarte	22	Ensino fundamental incompleto	Solteira	Não
09	Bem-me-quer	62	Ensino médio	Separada	Costureira
10	Bem-me-quer	36	-	Casada	-
11	Variarte	17	Ensino fundamental incompleto	Solteira	Não

O que temos no Quadro 1 são características gerais das artesãs; contudo, cada uma delas tem sua própria história de exclusão social e traçou caminhos diferentes até chegar ao projeto Geração, Trabalho e Renda, o qual proporcionou inclusão, mesmo que alternativa ao modelo hegemônico. À medida que os dados forem analisados, haverá, também, maior ênfase às diferenças de cada uma, para que as informantes não se tornem meros dados, mas falem por si, tendo em vista os vários obstáculos vencidos até que conseguissem ocupar seu espaço no mundo laboral. Porém, antes da reflexão acerca da história pessoal de cada artesã, será explicitado esse ‘novo mundo laboral’ em que elas se inserem.

Os projetos da Prefeitura Municipal como o mundo laboral

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), por intermédio da SMIC, tem procurado transformar os projetos da EPS em políticas públicas de geração de trabalho e renda para a população carente da cidade, visando à dinamização da economia local. Tal empreendimento vem sendo concretizado pelo departamento da SMIC, denominado Supervisão de Economia Popular e Solidária (SEP).

O SEP é responsável pela implementação dessas políticas mediante a promoção do Projeto Geração Trabalho e Renda, como ficou conhecido o projeto de fomento à EPS, que possui diversos programas. Entre eles estão o Projeto de Fomento a Grupos de Economia Popular e o Projeto Etiqueta Popular.

O Projeto de Fomento a Grupos de Economia Popular tem como objetivo assessorar grupos associativos autogestionários incipientes, oferecendo cursos de formação profissional e gerencial, visando à formação de cooperativas de trabalho.

Os grupos autogestionários podem se vincular a outros projetos, de modo que muitos deles optam por aderir ao projeto Etiqueta Popular com a finalidade de receber da Prefeitura Municipal de Porto Alegre a concessão para comercializar seus produtos em locais públicos.

O projeto da Etiqueta Popular (EP) permite a comercialização de produtos provenientes do Projeto de Incubadora de Iniciativas Populares e de grupos autogestionários, visando consolidar uma marca única para os

produtos oriundos da periferia da cidade de Porto Alegre e das cidades vizinhas. Os artigos à venda são produzidos pelas cooperativas da Incubadora Popular da Zona Norte da cidade e por outros 26 grupos orientados pelo projeto. Destes, alguns foram analisados por fazerem parte da Loja da Etiqueta Popular II.

Uma das contribuições do poder local para o projeto da Etiqueta Popular é a concessão do uso de espaços públicos para a comercialização dos produtos. Entre os três locais cedidos atualmente para esse fim, encontra-se a loja localizada no espaço de número quatro do Viaduto Otávio Rocha – a Loja da Etiqueta Popular II.

A EP II, aberta ao público desde o ano de 2002, configura-se como um local relativamente grande se comparado com os demais comércios ali instalados. Há três portas que dão acesso ao interior do ambiente; entretanto, apenas a porta central é utilizada para esse fim, as demais são utilizadas como vitrine. Em uma das vitrines ficam expostos somente produtos e acessórios para o público infantil; em outra, artigos destinados ao público adulto.

No lado externo da porta central há um tapete, uma folhagem e um arranjo de bonecas enfeitando a entrada da loja. Tais ornamentos, de certa forma simples, além de diferenciarem a loja dos demais estabelecimentos do Viaduto, dão um ar menos austero, quebrando o cinza do local.

A parte interior da loja é dividida em dois ambientes por uma parede de madeira. O espaço maior é utilizado para a exposição e venda dos produtos; o menor, além de ser utilizado por duas artesãs que fazem consertos de roupas no local, também serve de refeitório.

Os produtos são feitos individualmente por cada um dos artesãos que divide o espaço de comercialização, cujo pagamento é feito em dez por cento do valor de venda da mercadoria e em uma mensalidade no valor de dez reais para o caixa da loja. Esses valores são cobrados para garantir os custos com telefone, água, energia elétrica, papel etc.

Além desse pagamento, o artesão se compromete a fazer o 'plantão' na loja a cada quinze dias, ou seja, há uma escala de atendimento quinzenal. Dessa forma, para cada dia da semana há uma equipe diferente formada por dois artesãos que se responsabilizam pelo atendimento aos clientes.

Abrir e fechar a loja são responsabilidades de duas artesãs que trabalham com reformas de roupas no ateliê. Essas artesãs participam do grupo Bem-Me-Quer. Elas se revezam diariamente, de maneira que, teoricamente, há sempre três pessoas na loja: duas plantonistas e uma das artesãs do ateliê. Segundo elas, é uma questão de segurança ter sempre duas pessoas atendendo, pois as artesãs que trabalham no ateliê não visualizam a loja nem são vistas pelos clientes. Assim, a loja não fica à mercê de meliantes que entram para furtar mercadorias, se apenas uma pessoa tiver a incumbência de atendimento ao público.

Sucintamente é possível dizer que o Projeto de Economia Popular Solidária, encabeçado pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, SMIC, objetiva auxiliar na geração de trabalho e renda para uma parcela da sociedade, ou seja, para os excluídos do mercado de trabalho. São as histórias desses excluídos – ou melhor, excluídas – que serão relatadas a seguir.

As histórias da exclusão

A partir das entrevistas realizadas com as onze artesãs que comercializam seus produtos na Loja Etiqueta Popular II, identificamos que a exclusão de um mercado formal de trabalho pode ocorrer de três formas distintas, quais sejam: a demissão involuntária, a demissão voluntária e a não contratação. A seguir discutiremos essas três categorias.

Não-Contratação

O caso da informante 8, uma jovem afro-brasileira de 22 anos com ensino fundamental incompleto, é de não contratação e pode ser representativo de um grupo cada vez maior de jovens que não são nem ao menos iniciados no mercado formal, pois, segundo Marques *et al.* (2004, p. 27):

Os maiores diferenciais em relação ao desemprego ocorrem na população mais jovem (10 a 17 anos e 18 a 24 anos), entre os que possuem menores níveis de escolaridade, entre os que estão em posições de menor responsabilidade no contexto familiar (filhos) e com explícita intensidade entre os não brancos.

Contudo, quando o pai dessa informante ficou desempregado, foi ela, a primogênita de uma família de três filhos, que teve de auxiliar no sustento da casa, quando tinha apenas 14 anos. Essa menina começou a trabalhar com artesanato aos treze anos, e quando o pai ficou desempregado, seu ofício representou uma alternativa de renda para a família, de modo que, após o não reingresso do patriarca ao mercado de trabalho, todo o núcleo familiar envolveu-se com a confecção das bolsas de tricô e de bijuterias. Nesse sentido, corrobora-se a afirmação de Araújo e Porto (2004, p. 201) acerca da importância do apoio familiar para que o desempregado não “descambe para o outro lado”, ou seja, para o alcoolismo e/ou para a criminalidade.

Ademais, essa moça representa também uma legião de tantas outras que abandonam seus estudos para ‘ajudar a família’. Com pouca idade e sem qualificação necessária, o ingresso no mercado de trabalho formal torna-se inviável, o que as faz buscar formas alternativas de inclusão. A situação da informante 8 parece se repetir diariamente: sua irmã, uma moça com 17 anos, cuja escolaridade é ensino fundamental incompleto, também abandonou os estudos e buscou formas alternativas de inserção. Assim, é possível considerar que, além de serem excluídas do mercado de trabalho, estão igualmente excluídas do mundo do ensino e da aprendizagem.

Demissão Voluntária

A demissão voluntária acontece com mulheres que, em face do dilema ‘trabalhar fora *versus* assumir o lar’, acabam optando pelo segundo, reproduzindo as expectativas da sociedade no que se refere à submissão da mulher ao homem. Ou seja, o sexo feminino, de uma forma geral, continua sem refletir sobre sua opressão. Essa ausência de reflexão persiste até mesmo quando relatam suas histórias – caso das informantes dessa pesquisa.

Eu trabalhava na área administrativa. Era analista de RH quando eu morava na Bahia. Trabalhava na Aracruz Celulose. [...] Era muito legal lá [...] depois minha filha já tinha vindo estudar aqui em Porto Alegre, morava um pouco sozinha, um pouco com a vó. [...] Aí eu ficava preocupada e daí apareceu uma oportunidade para o meu marido e daí nós resolvemos voltar para cá. (Informante 1)

Eu era gerente de uma loja (de uma farmácia) e acumulava trabalho na época de remarchação. Aí eu casei e meu marido se aposentou. Aí eu pensei: ou eu perco o marido ou perco o emprego. Aí saí do trabalho. (Informante 3)

Tive uma filha e parei de trabalhar pra cuidar dela. (Informante 10)

Tais depoimentos retratam a questão do papel das mulheres na sociedade. Essas senhoras, que possuem cerca de 40 anos, estavam inseridas no mercado de trabalho e admitem gostar do que faziam. No entanto, a sociedade pode aceitar que a mulher ‘trabalhe fora’, desde que mantenha a responsabilidade pelo trabalho do lar, os cuidados com filhos e marido. Sobre elas recai a dupla ou tripla jornada de trabalho (ver BOURDIEU, 2005). Esses dados corroboram as considerações de Lipovetsky (1994) e Ferraz e Cavedon (2004), que apontam para a permanência da submissão da mulher ao homem, tanto no âmbito doméstico quanto nas questões laborais. Para Ferraz e Cavedon (2004, p. 23): “Perante a precariedade das relações de trabalho e as responsabilidades do papel de esposa e mãe não é de estranhar que o sexo feminino continue sentindo-se oprimido [...]”.

Sendo assim, percebemos que a inserção da mulher no mercado de trabalho pode estar ainda submetida, *a priori*, à sua função de esposa e mãe: o bem-estar da família é anterior à permanência da mulher no mundo do labor. Contudo, em nome desse mesmo bem-estar, isto é, para contribuir com a renda da família, elas buscaram formas alternativas de trabalho –, no caso deste estudo, optando pela Economia Popular Solidária como um modo de garantir um ‘ordenado’ e uma maior flexibilidade na jornada de trabalho.

Demissão involuntária

A forma de inclusão no mundo do trabalho formal também permite refletir acerca da submissão da mulher ao homem, pois, via de regra, as informantes que foram excluídas involuntariamente do mercado formal de trabalho tiveram seus primeiros empregos apenas após as separações conjugais. Isto é, ‘trabalhar fora’ não foi uma escolha, mas uma imposição em virtude da perda da remuneração masculina e, conseqüentemente, do sustento da família. Dessa forma, percebemos que a dependência financeira da mulher em relação ao homem continua sendo uma forma de este subjugar-la.

Uma das informantes comenta acerca de uma de suas colegas: “Ela [informante 9] sempre teve posses, mas, depois que o pai dela faleceu, o marido passou a tomar conta das coisas, aí ele perdeu tudo e deixou dela. Aí ela teve que ir à luta, [...] deve ser duro ter que começar depois de ter tudo” (Informante 7).

Desamparadas economicamente, elas partiram em busca do sustento familiar. Durante algum tempo, elas possuíam um emprego formal, mas, devido ao ‘enxugamento de pessoal’, acabaram sendo demitidas. Conforme a fala da Informante 7: “Trabalhei fora só numa loja de costureira. Durante cinco anos”.

Araújo e Porto (2004, p. 202) mencionam que, quando o homem está desempregado, o ganho das esposas é a solução. Para essas mulheres ‘chefes de família’, o ganho do sexo masculino não garantiu o trabalho não remunerado delas; assim, não puderam aguardar muito tempo pela oportunidade de um novo emprego, precisaram buscar alternativas para sustentar a família. No caso das informantes desta pesquisa, a alternativa foi a Economia Popular Solidária.

Ressaltamos então que a trajetória dessas mulheres tem sido marcada por perdas. Seja a perda do emprego do pai, que resultou na exclusão precoce das classes escolares; seja pela perda da renda do marido, por desemprego ou separação conjugal; seja por perda do próprio emprego, voluntário ou involuntário. A exclusão, para as mulheres que atuam, hodiernamente, na Economia Popular Solidária, afeta, sobremaneira, o próprio papel de ser mulher na sociedade, podendo até mesmo abalar sua saúde mental, como ocorreu com a Informante 10:

Eu comecei na saúde do trabalhador e na saúde mental [...] [É que] de repente aconteceu umas coisas, eu adoeci, tive que procurar um auxílio e daí me encaminham para o [projeto] “Geração e Renda” que é uma oficina que tem vários trabalhos. Aí eu fiz cartões e embalagem, aí depois a gente montou um grupo de autogestão, fiz um curso de serigrafia e daí eu comecei a trabalhar [...].

O depoimento dessa informante relata como foi importante a reinserção social, que se deu via trabalho. Com isso, abre-se um novo questionamento: quando e como essas mulheres passaram a se sentir novamente inseridas na sociedade? O próximo item tem por objetivo responder a esse questionamento.

Inserção no mundo laboral: a formação de um grupo de profissionais

Grande parte das informantes tentou encontrar um emprego formal antes de recorrer à Economia Popular Solidária. Contudo, a baixa qualificação e a idade ‘já avançada’ – em média 40 anos, idade considerada inadequada para a busca de trabalho no Brasil – impediram o reingresso ao mundo laboral via carteira de trabalho assinada. Conforme salienta a informante 2: “Primeiro trabalhei em um banco, depois trabalhei 7 anos na Engenharia como secretária. Depois eu saí e acabei vindo pra cá por causa do mercado de trabalho. É difícil por causa da idade”.

A Informante 1 relata: “[...] tive dificuldade em encontrar emprego. Primeiro porque eu só tenho segundo grau, depois tem o problema da idade. Aí eu só encontrava emprego de 400, 500, no máximo 600 reais. Na minha carteira eu ganhava 1500. Aí tinha dificuldade. Ninguém ia me pegar pra pagar bem menos”.

Por caminhos diversos elas chegaram à Secretária Municipal da Indústria e do Comércio e foram então apresentadas ao Projeto Geração Trabalho e Renda. Algumas das informantes, ao conhecerem esse projeto, optaram por montar seus próprios grupos autogestionários, como é o caso da Informante 2: “Tem a minha mãe,

a minha irmã, a minha tia. Outras ingressaram em grupos já consolidados: daí eu fui convidada para vir pro Bem-me-Quer” (Informante 10).

Contudo, apenas ser convidada para participar de um grupo ou constituir seu próprio grupo não significa a inserção social dessas mulheres, pois, para elas, a inserção se dá simbolicamente apenas após a obtenção da carteira do artesão.

Rocha (2003), em um trabalho junto aos porteiros de edifícios da cidade do Rio de Janeiro, conclui que, para ser considerado um bom trabalhador, é preciso ter carteira assinada e tempo de casa – a ausência desse documento representa malandragem e vagabundagem. Consideradas as devidas diferenças, isso também aparece no campo deste estudo, pois, impossibilitadas de terem a carteira de trabalho assinada, as informantes procuram apoio na carteira do artesão, que as diferencia dos ‘hippies e vagabundos’

Conforme a fala da Informante 1: “[...] tem que ter a carteirinha de artesão. Porque, nisso, aqui também é diferente. Aqui ser artesão é ter profissão. Eu não sou *hippie* eu sou artesã”.

Ter a carteira de artesã significa para elas inclusão em um mundo profissional, uma vez que este documento atesta que, apesar de não terem carteira de trabalho, não vivem na malandragem nem são inaptas ao exercício de uma atividade profissional – como artesãs possuem competência para executarem seus trabalhos. Para obter esse *status* de profissional, elas buscaram alguma forma de qualificação:

Então comprei uma máquina de costura e fui fazer uns cursos. Pelo que eu lembrava tinha uns cursos na Lina Festa. Aí fui lá e fiz alguns, mas eu ‘tava’ achando muito superficial, então procurei outros lugares. Mas lá é tudo mais caro. Um curso no mercado que custa 30 reais lá é 90, mas lá a qualidade é outra. (Informante 1)

Eu tava fazendo o curso quando eles quiseram montar um grupo de mulheres. Montamos o Grande Cruzeiro, fizemos até aquelas bolsas do Fórum Mundial, aquelas vermelhas. (Informante 2)

Como nem todas possuem condições de pagar o valor de 30 reais por um curso, cobram do poder público um apoio à profissionalização: “Eles deveriam vir orientar, fazer cursos. Se um dia não der certo não vai ser só culpa nossa” (Informante 9).

Por se tratar de um programa de inserção social organizado pelo poder público, ou seja, apoiado por um dos pilares apontados por Carrion (2002), acaba, por vezes, sendo entendido pelas participantes como um projeto de caráter assistencialista, ou seja, com presença de laços de paternalismo. Desse modo, continuam a reivindicar um maior apoio do poder público: “[...] mas da política pública falta apoio, mas eles fonecem o local por valor menor” (Informante 3).

Porém, elas reconhecem que, sem esse apoio considerado mínimo, a dificuldade de reinserção social seria maior: “Eu acho que é importante para as pessoas que estão como eu ‘tava’ [excluídas do mercado de trabalho], ele [o projeto Etiqueta Popular] tem importância. Para esse público, ele tem importância, pelo menos para esse” (Informante 4).

Fazer parte de um programa apoiado pelo poder público causa a essas mulheres – socializadas em um mundo capitalista – um dilema pessoal, qual seja: buscar a inserção mediante os próprios esforços ou esperar que ela ocorra por intermédio do poder público. Tal dúvida deve-se em parte à dominação masculina, presente ainda nos dias atuais, em que o poder encontra-se concentrado sobremaneira em mãos dos homens e são eles os representantes da sociedade que atuam nas decisões do Estado. Portanto, delegar ao Estado a decisão significa de certo modo conferir os homens a incumbência de gerir a vida profissional dessas mulheres – o que se coaduna com as reflexões de Bourdieu (2005). Assim, elas vivem o eterno conflito entre a cobrança por atitudes proativas e a reclamação quanto ao descaso da Prefeitura para com o projeto.

Então a gente ‘tá’ lutando muito, que ‘tá’ muito difícil [...] como loja nós ainda não conseguimos abarcar. Por isso que eu pedi para o Adair [secretário da SMIC] vir aqui hoje. Espero que ele cumpra com o que prometeu e venha aqui hoje de tarde, porque eu preciso falar com ele. Eu quero saber dele

certinho como vai ser, nós precisamos dele mais marketing, precisamos, claro, muito mais mercadoria. Eu quero pedir que ele nos coloque mais à mostra, no caso assim, turista, que tragam mais, que indiquem nós. (Informante 4)

A Informante 1 reclama também do desconhecimento que a Prefeitura tem quanto aos próprios resultados do projeto:

Ela ficou super interessada, mas até hoje ninguém me deu nada do projeto, nem um rascunho. E isso porque eles não têm nada. Eles são muito desorganizados. E eu fiquei decepcionada com o projeto. [...] A Prefeitura Municipal é um amadorismo só. Eles não sabem nem quantas pessoas estão envolvidas no projeto, quantas famílias estão se beneficiando da venda desses produtos, qual é o movimento financeiro para a cidade, qual é a geração de renda. É uma desordem.

Esses dois depoimentos revelam que os projetos da Prefeitura que têm por objetivo gerar trabalho e renda para uma população excluída do mercado de trabalho formal configuram-se mais como uma política pública assistencialista e compensatória – corroborando, assim, as considerações de Demo (1988, s/n) de que: o “[...] debate sobre a ‘exclusão social’ tem, como uma de suas maiores precariedades, a expectativa assistencialista frente à pobreza, o que leva a uma fé excessiva no Estado”.

Entretanto, é por meio dessa frágil política pública, que essas mulheres sentem-se incluídas socialmente, mesmo que o retorno financeiro não garanta um acesso privilegiado ao mercado de consumo nem permita, muitas vezes, sanar as necessidades básicas de todas.

Elas reconhecem, no entanto, que as necessidades variam de artesã para artesã –, não há, portanto, um consenso do que seria um retorno ideal.

Que às vezes é difícil, porque os valores são diferentes. Como o ‘ganhar bem’. É difícil mensurar o que é ganhar bem. O que é vender bem pra um não é pra outro. Pra uma aposentada que ganha um salário mínimo por mês e de repente vende 150 reais, isso já é mais do que a metade do ordenado dela. É difícil demensurar o ganhar bem. (Informante 1)

A Informante 2, ao falar da baixa rentabilidade do trabalho, lança outro ponto para a discussão:

Eu esperava sobreviver disso, mas está difícil, porque às vezes não vende nada aqui. [...] Produz e não tem retorno. Retorno financeiro, né? [...] Tem vezes que eu preciso pegar reforma pra fazer pra ganhar alguma coisa, mas daí é tempo que eu não produzo [...] [que eu não] Exponho meu trabalho e fazer coisas que eu gosto.

Quando não consegue uma renda satisfatória fazendo o que diz gostar, ela opta por pegar reformas, ou seja, costuras para fazer em casa. Porém, para as informantes, trabalhos realizados em casa, por mais que proporcionem retorno financeiro, não proporcionam uma inclusão no mundo do trabalho. Conforme destaca a Informante 8: “Como eu te disse eu trabalhei 15 anos costurando em casa, sozinha. Eu tinha vontade de ter mais atividade fora, de conviver mais com outras pessoas. E a gente só com o trabalho individual fica muito restrito”.

Com base no depoimento dessa informante, percebe-se que a busca de inserção no mundo do trabalho não é impulsionada apenas pelo retorno financeiro, mas também pela capacidade de promover a socialização. Isso reforça que, em nossa sociedade, o trabalho ou o local de trabalho é a base para a inserção social.

Na ótica das informantes, é possível perceber que trabalhar em casa, sem um vínculo com um grupo, significa o mesmo que estar excluída do mundo laboral, o que leva a um sentimento de não inserção social. Isso pode estar relacionado a questões relativas ao papel da mulher na sociedade, visto que, quando se mantém em seu espaço doméstico e executa tarefas consideradas basicamente femininas, está apenas desempenhando um papel de ‘rainha do lar’, ou seja, não assume literalmente o papel de trabalhadora, o que pode influenciar em sua cidadania.

Isso pode revelar a idéia já trabalhada por DaMatta (1987) de que a rua é o local do trabalho e a casa o espaço da família. Quando essas mulheres buscaram apoio na Economia Popular Solidária, se consideravam excluídas do mercado formal de trabalho e estavam conscientes das dificuldades de inserção social por esta via. Em virtude disso, elas a procuraram unindo-se ao que estava disponível – no caso, o projeto Etiqueta Popular.

As mulheres em questão se vêem novamente inseridas na sociedade pelo fato de produzir e vender produtos artesanais feitos por elas. Essa inserção passa pela imagem de grupo por elas construída. De acordo com a Informante 4: “[aqui] tudo é em grupo”. E este se constitui de profissionais, uma vez que, para fazer parte dele, é preciso, primeiro, obter a carteira de artesã.

A declaração da Informante 4 reafirma a idéia de que o trabalho realizado fora de casa permite a socialização das mulheres, ou seja, mais do que alternativa para geração de renda, é também uma forma de inclusão social mediante a construção de uma identidade grupal.

Em busca de se manter no espaço da rua, ou seja, socialmente inseridas no mundo do trabalho e socializadas, elas acionam algumas estratégias para fomentar a venda de seus produtos. Uma dessas estratégias merece ser mais bem analisada, pois apela para o discurso da exclusão social.

O discurso da exclusão como garantia da inclusão

Com base nas considerações anteriores, é possível pensar que essas mulheres já se consideram inseridas na sociedade. Contudo, para se manterem assim, acionam o discurso da exclusão, afirmando-se excluídas.

Para elas, a melhor maneira de aumentar a venda é apelar para o bom senso das pessoas, que, por terem um emprego, sentem-se comovidas com a situação dessas mulheres à margem da sociedade e que engrossam os bolsões de pobreza.

O fato de ser Economia Solidária. Isso já é um diferencial enorme. Porque é bonito falar em pobre, ajudar o pobre. Mas isso não é usado. Falar de pobre é uma coisa muito bonita. Os intelectuais e as ‘socialites’ adoram se reunir para falar de pobre. (Informante 1)

Eles [representantes da Prefeitura] falam: “Ah! Vocês têm que falar [do Projeto]”.

Mas eu falo toda vez. Vem um cliente, eu pergunto: “tu sabe como funciona, sabe que projeto é esse?” [...] Se não sabe, eu falo: é assim, assim, assim, sabe quantas mulheres, quantas pessoas que têm dificuldade de comercializar e que estão de braços dados com a Prefeitura para nos apoiar, nos orientar e que nos doou esse espaço que é maravilhoso, que é um monumento da cidade, que é muito bonito, muito bonito, mas nós queremos é vender. Então a luta é essa. (Informante 9)

Nesses depoimentos, percebe-se o esforço das artesãs em sustentar o discurso da exclusão, pois há a concepção de que se a sociedade consumirá os produtos das artesãs da Etiqueta Popular por solidarizar-se com a situação de pobreza/exclusão das mesmas; contudo o depoimento da Informante 1 revela que nem todas as artesãs envolvidas no projeto vivem em situação de pobreza: “[...]mas se engana quem pensa que aqui só tem gente pobre, aqui tem muita gente da classe média, muitas mulheres que queriam ter um lugar para vender seus produtos”.

Um outro fator auxilia a manutenção do discurso de exclusão, qual seja: espaço em que elas comercializam seus produtos, o Viaduto Otávio Rocha.

A marginalização desse espaço como um locus de compra se dá na medida em que aquelas pessoas que se abrigam em viadutos ou pontes normalmente fazem parte dos chamados excluídos – mendigos, moradores de rua, subproletariado –, que com caixas de papelão erguem frágeis paredes sob o viaduto ou a ponte buscando “privatizar” minimamente a via pública. Talvez esse aspecto, no âmbito do simbólico, constitua-se em uma representação coletiva tão forte que muitas vezes acaba por tornar “invisíveis” os pontos de comércio abrigados no Viaduto. (CAVEDON; FERRAZ, 2005, p. 8)

Apelando para essa representação coletiva, as artesãs esperam formar um grupo de clientes que, sensibilizados pela sua condição de exclusão, adquiram seus produtos e, assim, contribuam para a sua permanência na teia social.

Considerações sobre a inclusão e a exclusão social na visão feminina

Considerando as colocações de Dupás (2000) acerca da abrangência que o conceito de exclusão pode ter e por isso a necessidade de relativizá-lo, podemos identificar que, para as mulheres praticantes da EPS no projeto Etiqueta Popular, a exclusão é sinônimo de perda de referência social. Nos depoimentos analisados, percebemos que essas referências são: o papel da mulher como 'cuidadora' e o papel de mulher como 'trabalhadora', ou, como prefere Lipovsky (1994), da operária de fábrica.

No primeiro caso, a mulher, por ainda ter à sua sombra o papel de cuidadora do lar, pode se considerar incluída socialmente, mesmo não possuindo um emprego formal. Exemplo disso são as mulheres que se excluíram voluntariamente do mercado de trabalho. Já quando a renda proveniente do 'chefe da casa' falta, seja pela saída do companheiro do mercado de trabalho ou pela separação conjugal, a mulher defronta-se com a necessidade de prover a renda familiar. Desse modo, o papel social ligado às funções de 'rainha do lar' não sustenta mais a inclusão da mulher na sociedade – ocorre aí a primeira forma de exclusão, ou seja, ser mãe e esposa não é mais referência social para essas mulheres, que partem, então, à busca da inserção em um mercado de trabalho.

Essa luta por espaço no mercado de trabalho formal corrobora as considerações de Castel (1998) de que o emprego continua sendo a porta de entrada para a teia social. Todavia, com o desemprego, as informantes perceberam que a referência social do papel de trabalhadora também se esvaiu, tendo em vista que o acesso ao trabalho está cada vez mais restrito. Conscientes da exclusão do mundo laboral, essas mulheres procuram outras formas de inserção social e acabam por assumir o papel de profissionais praticantes da Economia Popular Solidária.

Neste sentido, a Economia Popular Solidária representa para essas mulheres mais do que a geração de renda, em virtude da forma que elas descobriram para encontrar um local para a socialização e uma nova referência social, sendo esta ligada à profissionalização da atividade, representada pela carteira do artesão. Foi nesse *locus* que essas mulheres encontraram espaços para constituírem grupos de profissionais que se propõem a trabalhar de forma solidária, contribuindo, dessa forma, para diminuir a própria exclusão gerada pelo sistema capitalista.

Todavia, a EPS praticada no projeto Etiqueta Popular não permitiu a inclusão apenas das mulheres que foram excluídas ou se excluíram do mercado de trabalho, propiciou, também, a forma de inserção daquelas mulheres que ainda não tinham assumido nem o papel de 'rainha do lar' nem o de 'trabalhadora'. É o caso das artesãs da categoria 'não contratação', que perderam outras referências: do papel de filhas (considerando como referência a família nuclear e patriarcal) e do papel de estudantes.

Portanto, é possível perceber que a prática da Economia Popular Solidária não está contribuindo apenas para a inserção social via renda. De certa forma, ela pode também proporcionar a criação de novos papéis de referência para a sociedade, o que permite a inserção do indivíduo na teia social sem a estigmatização de estar vinculado a uma economia informal ou subterrânea (SILVA JUNIOR; FRANÇA FILHO, 2002). É preciso atentar para que esses novos papéis e suas formas de socialização não se construam de forma apolítica, ou seja, é preciso não esquecer que a EPS tem como objetivo principal o desenvolvimento social, político e cultural dos envolvidos com tais práticas (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Caso contrário, poder-se-ia estar aceitando a pobreza como um mal necessário, sem que haja obrigação de combatê-la. E mais do que isso, não há o rompimento com a dominação masculina, uma vez que o artesanato, no contexto contemporâneo, é visto como uma atividade feminina. Nesse caso, o Estado, a escola, a família e a igreja contribuem no sentido de qualificar as mulheres ao exercício de algo que se coadune com o papel que, ao longo dos anos, lhes vem sendo impingido. Como bem colocou Bourdieu (2005, p. 7):

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que chamo de violência simbólica, violência

suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento [...]. Disto depreende-se que a inclusão passará necessariamente pela tomada de consciência feminina e a ruptura para com o simbólico vigente.

Cadernos EBAPE.BR



Referências

- ARAÚJO, A. J. S.; PORTO, M. F. de S.. Trabalho e vida na periferia do capitalismo: terceirizados na indústria de refino de petróleo. *In: ARAÚJO, A. J. S. et al. (Orgs.). Cenários do trabalho: subjetividade, movimento e enigma. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. v. 1, p. 179-211.*
- CARRION, R. M. A Economia Solidária no Rio Grande do Sul: desafios à sustentabilidade. *In: ASSEMBLÉIA DO CONSELHO LATINO AMERICANO DE ESCOLAS DE ADMINISTRAÇÃO, 38, 2002, Porto Alegre, RS. Anais... [S.l.]: 2002. CDROM.*
- CASTEL, R.. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CAVEDON, N. R.. "Administração de Toga" desvendando a cultura organizacional da UFRGS e da UNISINOS. 2000. Tese - Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS, Porto Alegre, RS, 2000.
- CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. da S. Representações sociais e estratégias em pequenos negócios. *RAE eletrônica, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2005.*
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- DAMATTA, R.. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- DEMO, P. Charme da exclusão social. Campinas/SP: Autores Associados, 1998.
- DUPÁS, G. Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FERRAZ, D. L. da S.; CAVEDON, N. R.. Vida profissional e afetiva das mulheres no século XXI: o caso das permissionárias do Viaduto Otávio Rocha em Porto Alegre. *REAd - Revista eletrônica de administração, Porto Alegre, v. 41, n. 10, 2004.*
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. *In: CATTANI, A. D. A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.135-142.*
- ICAZA, A. M. S.; TIRIBA, L. Economia Popular. *In: CATTANI, A. D. A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.101-109.*
- LIPOVETSKY, G. A terceira mulher: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARQUES, E. K. *et al.* Conjunturas desfavoráveis consolidam o perfil feminino do desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre. *In: MULHER E TRABALHO. FEE, FGTAS/SINE-RS; DIESES; SEADE-SP; FAT/TEM; PMPA: 2004. v. 4.*
- NABUCO, M. R.; MENDONÇA, M. P. Estratégias de localização do setor automobilístico no Brasil: o caso da Mercedes-Benz. *In: NABUCO, M. R.; NEVES, M. A.; CARVALHO NETO, A. M.. Indústria Automotiva: a nova geografia do setor automotivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.*
- POCHMANN, M. *et al.* Atlas da exclusão social: agenda não liberal da inclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.
- ROCHA, E. Jogo de espelhos: ensaios de cultura brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. v. 1.
- SILVA JUNIOR, J. T.; FRANÇA FILHO, G. C.. Fator Associativo e Economia Solidária: a experiência do Banco Palmas no Ceará. *In: ASSEMBLÉIA DO CONSELHO LATINO AMERICANO DE ESCOLAS DE ADMINISTRAÇÃO, 38, 2002. Porto Alegre, RS, Anais... [S.l.]: 2002. CD-ROM.*
- SINGER, P. Economia Solidária: um modo de distribuição e distribuição. *In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-30*

_____. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio Dav id. A Outra Economia. Porto

Alegre: Veraz Editores, 2003.

SOUZA, A. R. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In: SINGER, Paul; SOUZA, A. R. A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 245-266.

THIOLLENT, M. J. M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Polis, 1980.

Cadernos EBAPE.BR

